

## **Distrito Criativo Centro-Gare/Santa Maria/RS: um olhar ao espaço da diversidade e inclusão<sup>1</sup>**

Fabiana da Costa PEREIRA<sup>2</sup>

Fabrise de Oliveira MÜLLER<sup>3</sup>

Liciane BRUN<sup>4</sup>

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

### **Resumo**

Na perspectiva do conceito e da prática do desenvolvimento de cidadania aliadas ao potencial oportunizado pelos Distritos Criativos se desenvolve esse artigo. O conceito de cidadania se dá a partir de Adela Cortina (2005) e a construção de um círculo virtuoso formado pela cidadania política, civil, social, econômica e multicultural. Os Distritos Criativos são espaços que aparecem como pilar do desenvolvimento econômico, incentivando atividades que possuem na criatividade um potencial de geração de emprego e renda. Um estudo exploratório de análise de documentos gerados no planejamento e ações do Distrito Criativo Centro-Gare Santa Maria, apontou a presença de questões como diversidade e inclusão. A conclusão parcial demonstra que o Distrito Criativo se organiza a partir de ações desvinculadas e que já existiam na região e têm perspectiva de fortalecimento ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** economia criativa; distrito criativo; comunicação e cidadania.

### **Introdução**

Em abril de 2022, as universidades, o governo municipal e as entidades locais modelaram o projeto de um Distrito Criativo em Santa Maria (RS). Com a missão de aproximar e potencializar atores de diferentes esferas para atuar coletivamente na geração de valor para o território, garantindo coesão e ações contínuas, o projeto visa revitalizar as antigas construções e criar polos de diversidade aos moradores e turistas.

A região foi escolhida devido à forte presença da economia criativa no local e por exercer um papel fundamental na história e no desenvolvimento de Santa Maria. Para

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

<sup>2</sup> Doutora. Professora do Curso de Relações Públicas, UFSM/Frederico Westphalen, RS, email: [fabiana.pereira@ufsm.br](mailto:fabiana.pereira@ufsm.br).

<sup>3</sup> Doutora. Relações Públicas. Prefeitura Municipal de Santa Maria. Santa Maria, RS., email: [maria.santo@gmail.com](mailto:maria.santo@gmail.com)

<sup>4</sup> Jornalista. Prefeitura Municipal de Santa Maria. Santa Maria, RS., email: [sousalm@usp.br](mailto:sousalm@usp.br)

---

tanto, as iniciativas pautam-se na sustentabilidade econômica social e ambiental, no respeito à memória ferroviária, na colaboração, nos princípios de inclusão e na inovação com e para as pessoas.

O foco principal deste ambiente de inovação é incentivar o desenvolvimento através do estímulo à economia criativa, a partir de ações que levem empresas pequenas a desenvolverem-se e ganharem contornos de inovação e cultura. Com base no apontamento de algumas questões, foram desenvolvidos objetivos estratégicos agrupados em quatro dimensões que resultam em comitês responsáveis pelo mapeamento dos problemas, planejamento e desenvolvimento de ações de curto, médio e longo prazo para o Distrito: Ambiente Natural e Construído; Governança e Políticas Públicas; Economia Criativa; e Identidade e Recursos Culturais.

Os Distritos Criativos são espaços urbanos criativamente transformados por pessoas que colaboram entre si pelo desenvolvimento econômico sustentável. Esses ambientes conseguem articular pessoas e negócios, criando um ecossistema inovador que valoriza as raízes culturais e históricas do local. A economia criativa é caracterizada pela capacidade de inclusão de pessoas e tem o potencial de abrir oportunidades para diversos nichos de mercado. Essa inclusão de diferentes grupos sociais se dá porque as habilidades criativas são muitas vezes subestimadas ou negligenciadas pela sociedade, mas podem ser transformadas em oportunidades. Assim, a economia criativa possui a diversidade cultural; a inclusão social; a sustentabilidade e a inovação como princípios norteadores para a elaboração de políticas públicas inclusivas e sustentáveis.

Esse artigo versa sobre o olhar ao Distrito Criativo Centro- Gare, em Santa Maria, RS, como espaço onde há potencial de pleno desenvolvimento da cidadania apresentada por Cortina (2005) que se constitui em cinco faces: cidadania política, cidadania civil, cidadania social, cidadania econômica e cidadania intercultural. Porém, o mesmo só se constituirá assim se mantiver, dentro do seu planejamento e na execução das ações, a essência que caracteriza esses espaços, identificados neste primeiro momento pela diversidade cultural e inclusão social.

Nessa perspectiva é que se desenvolveu um estudo exploratório, através da análise documental, que procurou identificar no Plano de Ação do Distrito Criativo Centro-Gare e nos relatórios de ações<sup>5</sup> realizadas em 2022, a presença dessas características. Vale

---

<sup>5</sup> Disponível em <http://www.districtocentrogare.com.br/index.php/pt/>, acesso em 15 de março de 2023.

---

salientar que este é um estudo inicial à temática e ao objeto, incipiente em suas proposições.

### **O círculo virtuoso da cidadania e os espaços de diversidade e inclusão nos distritos criativos**

Em países como o Brasil, e muitos outros na América Latina, a parte visível de questões como desigualdade social é centrada na miséria e na fome, embora tenha horizontes muito mais amplos, como o que estabelece lugares na sociedade para os indivíduos conforme sua classe, raça e gênero. Esses, se por lei, são considerados cidadãos, não alcançam o sentido carregado no conceito que há muito foi desenvolvido e que, para Marshall (1967, p. 76), é definido como “um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status”.

Porém, essa cidadania, que se dá de forma utópica, devido às próprias condições de desigualdade em que se encontram os indivíduos, é abordada por Dagnino (1994) numa perspectiva que deve se estabelecer na busca de transformações, contemplando a abertura de espaço para a diversidade de povos, raças, ideologias, nas quais cada indivíduo seja respeitado na sua diferença, pois é justamente a possibilidade de ser diferente que coloca a população num nível de igualdade.

Essa cidadania requer uma postura participativa dos grupos e indivíduos e, claro, a existência de espaços abertos pelo Estado para a realização dessa participação, conforme a autora (DAGNINO, 1994). E esses espaços devem abarcar as diferentes áreas de atuação da população, sejam espaços comerciais, culturais, educacionais, esportivos e políticos. Podem ser fóruns, conselhos, entre outros tipos de organizações. Porém é nessa participação que às vezes se perde a perspectiva dessa cidadania inclusiva, múltipla, visto o não reconhecimento da necessidade de ocupação desse espaço de pertencimento ao coletivo.

Norberto Bobbio (1986) argumenta que a educação para a cidadania foi mais uma promessa do capitalismo que não se configurou ao longo do tempo, o que se estabeleceu foi a apatia política (BOBBIO, 1986). Para Adela Cortina (2005), justamente, para

atualizar o conceito de cidadania é preciso o seu efetivo aprendizado, pois cidadania é “o resultado de uma prática, a aquisição de um processo que começa com a educação formal (escola) e informal (família, amigos, meios de comunicação, ambiente social). Porque aprendemos a ser cidadãos, como aprendemos tantas outras coisas” (CORTINA, 2005, p. 30).

O fortalecimento da cidadania se dá justamente no elo entre indivíduo e sociedade, porém, para Cortina (2005), justamente é a falta de pertencimento dos indivíduos às sociedades que reflete a baixa participação como conjunto. Para a autora, para levar à constituição da consciência da necessidade de nos tornarmos cidadãos do mundo, seria preciso pensarmos em uma cidadania política, uma cidadania social, uma cidadania econômica, uma cidadania civil e uma cidadania intercultural.

Essa reflexão Pereira (2018) graficamente representou no que chamou de círculo virtuoso da cidadania (Figura 1), pois remete justamente a um cidadão complexo e múltiplo, que se reconheceria como pertencente a um lugar, identificando as diferenças e respeitando a diversidade.

Figura 1 – Círculo virtuoso da cidadania



Fonte: Pereira, 2018 (Elaborado tendo por base conceitos de Cortina, 2005)

Para Cortina (2005, p. 31), a cidadania política seria “o reconhecimento oficial da integração do indivíduo na comunidade política”, onde desenvolveria uma identidade de grupo, num processo de inclusão, ao mesmo tempo em que também passaria a identificar as diferenças que existem em relação aos outros grupos que se formam neste espaço político. Para exercer essa cidadania, o indivíduo precisa enxergar como realmente viável sua influência nas decisões, identificando meios pelos quais efetivamente a população

---

seja ouvida e participe ativamente do processo de decisão. É preciso “*pôr em prática as condições para que essa participação seja significativa*” (CORTINA, 2005, p. 42, destaque da autora).

A segunda, a cidadania social, a mais conhecida, abarca direitos ao trabalho, educação, moradia, saúde e benefícios sociais. Conforme Cortina (2005, p. 52), “satisfazer essas exigências é indispensável para que as pessoas se saibam e se sintam membros de uma comunidade política, ou seja, cidadãos, porque só pode sentir-se parte de uma sociedade quem sabe que essa sociedade se preocupa [...] com sua sobrevivência”. Só que para a autora, seria preciso repensar a relação e o papel do Estado e da sociedade civil, propondo o equilíbrio social a partir do que ela identifica como um mínimo de justiça, e não no que é comumente chamado de Estado do Bem-estar Social (amplamente criticado e por muitas vezes, ineficientemente gerido). Mas, para isso, seria preciso definir, para cada sociedade, o que são direitos básicos a serem protegidos nesse conceito de mínimo de justiça.

Na terceira perspectiva, a cidadania econômica, conforme a autora, duas possibilidades aparecem: o desenvolvimento de uma relação dialógica entre as organizações e seu público afetado, colocando o cidadão como protagonista da atividade empresarial; e a segunda possibilidade seria a transformação da relação entre organização e públicos, como uma relação de cooperação, onde a empresa passa a ser vista como responsável pelo atendimento de interesses dos diferentes grupos que compõem a sociedade. Porém, alguns obstáculos surgem: a precarização do trabalho, considerando que ainda é o meio de sustento da população e da construção de sua identidade social; a nova organização social que classifica os indivíduos pelo saber; e a delegação da responsabilidade social para as organizações do terceiro setor (CORTINA, 2005).

Para a precarização do trabalho, a autora propõe a distribuição de uma renda base para a população; a redução na jornada de trabalho; um novo contrato de trabalho que elimine a precariedade das relações estabelecidas, e o fomento ao surgimento de novos campos de trabalho através do estímulo à atuação a partir do conhecimento. Quanto à classificação do indivíduo pelo saber, a superação dessa condição se dá não só através da capacitação profissionalizante, mas também através de uma educação que dê condições e que se realize no ensino formal e informal, e se proponha a justamente diminuir essa separação (CORTINA, 2005).

---

E sobre a responsabilidade social delegada para as organizações do terceiro setor, seria superada através da responsabilidade compartilhada entre os três setores, quais sejam o estado, as organizações e terceiro setor: “Configurar uma cidadania econômica, conseguir a transição do reino das necessidades para o reino da liberdade, exige que os três setores sejam corresponsáveis, não que o setor social assuma os refugos gerados pelos outros dois” (CORTINA, 2005, p. 103).

A cidadania civil, por sua vez, se realiza na participação do indivíduo em associações que não são nem políticas e nem econômicas, imbuídas de fazer a contraposição ao estado, num caráter livre e voluntário e que deve primar pela busca do bem comum. Para Cortina (2005), hoje há um forte caráter universalista da sociedade civil, a qual se faz presente através do terceiro setor, das profissões e da opinião pública.

E fechando o conceito de cidadania, como proposto por Cortina (2005), a cidadania intercultural abraça questões tão preocupantes como o domínio cultural imposto pelas culturas dominantes nos povos que possuem formação multicultural, num fechamento à diversidade. E, a partir desse ponto de vista, para a autora duas questões precisam ser encaradas: “Como saber-se e sentir-se cidadão igual quando a própria cultura é preterida? Como aceitar as normas políticas de uma cultura que se revela estranha?” (2005, p. 140).

Encarar o multiculturalismo, para Cortina (2005), requer que sejam pensadas quatro questões estruturais sobre o assunto: a liberdade de identidade aos indivíduos para que tenham o direito de se manterem abertos a possibilidade de adesão às diferentes culturas; as diferenças entre as culturas, que devem ser respeitadas, mesmo que não encontrem pontos de concordância; o respeito necessário das diferentes culturas à identidade das pessoas que nelas se espelham, e por último, a importância do diálogo necessário entre as culturas, para que nenhuma absorva a outra, mas que esteja aberta ao crescimento.

Reflexões como essas, propostas por Cortina (2005), para quem a cidadania assume diferentes faces – política, social, econômica, civil e intercultural – nos instiga a identificar que é justamente ao cumprir com o papel definido a cada uma, que o indivíduo se fará partícipe da construção da sua realidade. Não temos como pensar essas cidadanias separadas, se não para melhor defini-las como fez a autora, pois não se estabelecem

---

individualmente. O indivíduo ao desenvolver-se em uma, automaticamente se torna presente em outra.

E nessa perspectiva de desenvolvimento de cada uma dessas cidadanias é que enxergamos o potencial dos distritos criativos, que justamente se propõem a reunir, num espaço urbano, indivíduos que, a partir de suas habilidades e conhecimentos, buscam o desenvolvimento pessoal e da comunidade do entorno, tendo na economia criativa a base do trabalho a ser desenvolvido. São espaços onde circulam a diversidade e a inclusão, que também se fazem necessárias para o pleno exercício das cidadanias de Cortina (2005). Para Testoni (2018, s/n), “emerge uma atmosfera nos distritos criativos para as expressões humanas e o surgimento de novas ideias. Esse clima possui um caráter de acolhimento daqueles que divergem de estilos de vida comuns”.

Junto a esses espaços, são oportunizadas várias outras ações que agregam grupos heterogêneos, muitas vezes periféricos, que passam a ter relações de trocas culturais. Ainda, em geral, os distritos criativos são desenvolvidos em espaços que consideram também o território, suas histórias que muitas vezes são de total abandono. São espaços de inovação, transformação e tolerância. “Assim, a agenda é positiva em relação a transformações urbanas. Isso faz com que organizações da sociedade civil e entidades públicas queiram participar no planejamento e incentivo ao sucesso do distrito”. Ponto que justamente precisa ser problematizado, considerando as disputas de poder que se estabelecem quando a cidadania ainda não é plena para todos os envolvidos.

Na melhor das realidades, as cidadanias de Cortina (2005), se fazem possíveis nesses espaços, se considerarmos que: a cidadania política requer justamente a inserção social dos indivíduos, para que estes se sintam pertencentes ao espaço onde existem, influenciando na tomada de decisões; a cidadania social por ser este um espaço onde a justiça social pode fazer-se presente com a mão do estado para o equilíbrio social; a cidadania econômica, por ser espaço onde a precarização do trabalho pode ser combatida, a valorização do saber se dá numa relação dialógica e o terceiro setor torna-se parceiro do poder público e da iniciativa privada; a cidadania civil ao se estabelecer um espaço onde as associações, nem políticas e nem governamentais, se fortalecem; e a cidadania intercultural, por ser espaço onde as diferentes culturas ganham valor pelas especificidades e diversidade de práticas culturais convertidas na oferta de produtos ou serviços.

## **Economia criativa e o Distrito Criativo Centro-Gare SM**

A economia criativa aparece como um pilar do desenvolvimento econômico urbano e regional, incentivando atividades, programas e projetos que possuem na criatividade, elencada por habilidades e talentos individuais e de grupos, um potencial de geração de emprego e renda. Conforme Zaganelli e Gantos (2015, p. 91), “o conceito de economia criativa está relacionado intimamente ao desafio de transformar a sociedade em uma economia que tem criatividade, cultura e arte como elementos-chave para o desenvolvimento local, a sustentabilidade econômica e a inclusão cultural”. Ainda, para Madeira (2014, p. 37):

A emergência do conceito de economia criativa acontece no início do presente século, em meio a rápidas transformações da economia global, que podem ser sintetizadas pela intensificação da importância do conhecimento como recurso do sistema de produção. Responde, nessa linha, à tentativa de apreender um mundo onde criatividade, inovação e gerenciamento de riscos tornaram-se imperativos da competição econômica.

Na perspectiva da Unctad (2010) as divisões das categorias da economia criativa estão organizadas na área de patrimônio cultural (incluindo artesanato, festivais e expressões da cultura tradicional); artes (artes visuais, pintura, escultura e fotografia/artes dramáticas, teatro, dança, ópera, circo, música); mídia (edição e mídia impressa, audiovisual, cinema e rádio); e criações funcionais (design de moda e de interiores, arquitetura, conteúdos digitais, jogos). E, para classificação, o modelo da Unesco (2012) sobre produção cultural se dá a partir da noção de ciclo cultural, que passaria por cinco fases: criação - origem e autoria de ideias e conteúdo; produção - formas reprodutíveis de cultura, ferramentas especializadas, infraestrutura e processos utilizados; disseminação - condução dos produtos culturais fabricados em massa para consumidores e exibidores; exibição/recepção/transmissão - local de consumo e performance das experiências culturais; e consumo/participação - atividades dos espectadores e participantes no consumo cultural.



---

Segundo dados do Observatório Itaú Cultural<sup>6</sup>, em 2020 o número de empresas criativas no Brasil eram no total de 135 mil empresas, o que representa 4% do total de empresas brasileiras. Ainda, o ano de 2021 foi declarado o Ano Internacional da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável, conforme a Unctad<sup>7</sup>. Uma série de atividades foram realizadas para discutir o momento pós pandemia da Covid-19, no intuito de compartilhar experiências, discutir as melhores práticas, propor a capacitação dos recursos humanos em busca da promoção de ambientes favoráveis ao desenvolvimento e ao enfrentamento dos desafios da economia criativa.

Como vários outros setores, as empresas, organizações e profissionais ligados à economia criativa foram imprescindíveis à população durante o período de distanciamento social (vide o aumento no consumo de vídeos, shows, espetáculos, entre outros bens culturais), porém tiveram grande dificuldade de remuneração e acesso aos programas de auxílio do governo. O âmbito da economia criativa, segundo a antiga Secretaria da Economia Criativa (2010, p. 40), “chama a atenção para os importantes ativos criativos e ricos recursos culturais que existem em todos os países em desenvolvimento” e que podem proporcionar “fonte de crescimento econômico, criação de emprego e maior participação na economia global. Ao mesmo tempo, a economia criativa promove a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano”.

Na perspectiva de ser fonte geradora de emprego e renda é que passa a ser compreendida como oportunidade de desenvolvimento local e regional às comunidades. Segundo o Painel de Dados do Itaú Cultural<sup>8</sup>, o ano de 2021 fechou com mais de 7 milhões de postos de trabalho na economia criativa. Ainda, informa que no início de abril de 2022, os microempreendedores individuais vinculados a setores e ocupações da economia criativa somavam cerca de 1.545.929 de cadastrados em todo o Brasil. Nessa perspectiva, buscando potencializar os aspectos locais, é que alguns municípios brasileiros buscaram oficializar a organização de espaços que pudessem justamente agregar a indústria criativa local, os Distritos Criativos. Realidade da cidade de Santa Maria, no RS que, em janeiro

---

<sup>6</sup> Dados disponíveis em Observatório Itaú Cultural disponível em <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/> Acessado em 2 de junho de 2022.

<sup>7</sup> Notícia publicada no site da ONU disponível em <https://pt.unesco.org/news/ano-internacional-da-economia-criativa-o-desenvolvimento-sustentavel> Acessado em 7 de maio de 2022.

<sup>8</sup> Balanço economia criativa no 4º trimestre de 2021. Publicada em 3.05.2022. Disponível em <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/publicacoes/boletins/balanco-economia-criativa-no-4o-trimestre-de-2021> Acessadas em 15.05.22.

---

de 2021, deu os primeiros passos para a criação do Distrito Criativo Centro-Gare, buscando agregar um espaço de valor cultural, como o centro histórico da cidade com a Vila Belga, a Estação da Gare, entre outros espaços que já contavam com a presença de mais de 50 empreendimentos ligados à economia criativa. Projeto esse que virou realidade a partir de abril de 2022.

## Metodologia

Esta pesquisa, de abordagem qualitativa e objetivo exploratório, possui um percurso metodológico que passa por um primeiro momento de tensionamento entre o olhar para a teoria de Cortina (2005), representada pelo círculo virtuoso da cidadania, que pode ter nos distritos criativos espaços de potencial desenvolvimento, e os documentos existentes de planejamento e relatórios de um primeiro ano de execução das ações no Distrito Criativo Centro-Gare, de Santa Maria. Para próximos estudos, outros olhares ao objeto serão desenvolvidos.

Nesse sentido, nesta primeira etapa do estudo, o problema de pesquisa busca saber: qual o espaço reservado e efetivamente ocupado pela diversidade cultural e inserção social na construção do Distrito Criativo Centro-Gare, de Santa Maria, no RS? Para responder a esse questionamento, o objetivo do estudo foi identificar a participação de representantes da diversidade cultural e inserção social no planejamento e nas ações já realizadas pelo Distrito Criativo Centro-Gare, de Santa Maria, no RS. Para atingir o objetivo, o estudo analisou o Plano de Ação e os relatórios das ações executadas apresentados para o ano de 2022.

O Distrito Criativo Centro-Gare partiu de um projeto do poder público em valorizar uma importante região da cidade, criando oportunidades para a cadeia produtiva local incrementar a economia, o desenvolvimento social e a cultura. Em janeiro de 2021<sup>9</sup>, uma universidade de Santa Maria e gestores da prefeitura municipal deram início às reuniões do projeto, optando pela contratação de um serviço de consultoria, com experiência na temática, para o planejamento estratégico de implantação do Distrito.

---

<sup>9</sup> Informações obtidas na linha do tempo do projeto, disponível em <http://www.districtocentrogare.com.br/index.php/pt/distrito/nossa>, acesso em 05/07/2023

---

Foram formados grupos de trabalho envolvendo secretarias que, em um primeiro momento, estariam mais envolvidas com as ideias, por exemplo, Secretaria de Município da Cultura, Secretaria de Município de Turismo, Secretaria de Município de Tecnologia. Foi então realizado um mapeamento de todos os grupos, atores, envolvidos na região, seja com projetos ou espaços, a citar, a Associação de Moradores da Vila Belga. Em agosto de 2021 o projeto foi lançado e apresentado à comunidade e deu-se início a uma série de workshops de reconhecimento e identificação dos desafios e problemas, em que foram ouvidos moradores, comerciantes e envolvidos no ecossistema do território do Distrito Criativo.

O processo de construção contou ainda com pesquisas junto à comunidade para levantar sugestões de melhorias para a região e cursos de capacitação sobre Economia Criativa. Desde então, uma série de ações de fomento têm sido feitas para que o Distrito Centro Gare se torne uma realidade. Grupos de trabalho, compostos por Universidades, organizações sem fins lucrativos e empresas privadas, seguem discutindo as ações para o Distrito<sup>10</sup>.

A governança do Distrito Criativo é composta por 4 comitês estratégicos que são responsáveis pelo planejamento e realização de ações, de curto, médio e longo prazo, dentro de 4 dimensões a serem trabalhadas: Ambiente Natural e Construído; Governança e Políticas Públicas, Economia Criativa e Identidade e Recursos Culturais. Para cada dimensão 1, Ambientes Natural e Construído foram traçados 16 objetivos estratégicos e 91 ações pensadas; para a dimensão 2, Governança e Políticas Públicas, foram traçados 11 objetivos estratégicos e pensadas 48 ações; na dimensão 3, Economia Criativa e Identidade, foram traçados 9 objetivos estratégicos com 65 ações planejadas; e na dimensão 4, Identidade e Recursos Culturais, foram traçados 5 objetivos e 33 ações planejadas.

A análise documental, neste primeiro momento, organizou-se a partir do olhar para a presença, ou não, da diversidade e inclusão cultural, que são elementos presentes nas cidadanias de Cortina (2005) e que passaram a ser identificadas no Plano de Trabalho, como potencialidades de desenvolvimento, como também nos relatórios apresentados, por cada um dos comitês estratégicos. Os resultados, veremos na sequência.

---

<sup>10</sup> ADESM, AGGITEC, AHTTUR, CACISM, Atelier da Gare, Amigos da Gare, Sebrae, Sicredi, UFN, UFMS, entre outros.

## Resultados

No Plano de Ação do Distrito Criativo Centro-Gare, a presença reservada para a participação dos diferentes integrantes da sociedade aparece desde a definição dos valores, os quais abarcam a ‘colaboração’, a ‘inclusão’ e a ‘inovação com e para as pessoas’. Na Dimensão 1, Ambiente Natural e Construído, aparece no objetivo estratégico 12, ‘Melhorar a acessibilidade’ e 15, ‘Reduzir o receio de gentrificação’. Na Dimensão 2, Governança e Políticas Públicas, aparece no objetivo estratégico 25, ‘Reconhecer e gerar oportunidades aos cidadãos em vulnerabilidade social’ e 26, ‘Ampliar o diálogo do poder público com trabalhadores informais’.

Na Dimensão 3, Economia criativa, podemos considerar que os 9 objetivos estratégicos contemplam a diversidade cultural e inserção social, visto que o fomento ao empreendedorismo vem ao encontro da cultura criativa e seu desenvolvimento. Na Dimensão 4, Identidade e Recursos Culturais, podemos considerar presente nos 5 objetivos estratégicos, porém se a referência aos termos história da região, identidade cultural e pertencimento, estiverem voltados a um olhar à diversidade cultural que compõem o espaço, o que só poderemos observar ao longo do desenvolvimento das ações dessa dimensão.

Já nos relatórios, apresentados para as ações realizadas durante o ano de 2022, em cada uma das dimensões, identificamos algumas movimentações significativas. Na Dimensão 1, já há estudos e início de planejamento de alteração da infraestrutura (como iluminação e levantamento das condições de calçamento), no trabalho de passeio guiado do Coletivo Memória Ativa, que busca identificar e conceituar a arquitetura dos prédios do perímetro central da cidade, numa valorização cultural do local, além de incentivo à realização de mais eventos públicos e ocupação da população dos espaços públicos como espaços de lazer.

Na Dimensão 2 há um trabalho de busca de qualificação de mão de obra e inserção no mercado formal de pessoas da região em situação de vulnerabilidade social; também houve efetivação na parceria com a UFSM na realização de 14 projetos de extensão no território; aprovados programas de incentivo aos estabelecimentos que integram o Distrito ou que tenham interesse em passar a integrar e incentivo às atividades e eventos que já

vinham sendo realizados no local (como Brique da Vila Belga e Feira de Mulheres). Na Dimensão 3 existe a manutenção e apoio aos eventos da indústria criativa; busca de apoios para a capacitação dos empreendedores e orientação ao acesso de informações nos órgãos públicos; organização de roteiros turísticos que contemplem a região.

Na Dimensão 4, os trabalhos estão sendo organizados para um resgate histórico do desenvolvimento da cidade, onde foram convidados a participar representantes de povos negros, alemães, judeus, italianos, além de professores historiadores e arquitetos das instituições de ensino superior da cidade. Neste caso, as ações estão em início de levantamento, porém nesses dois momentos não foram contemplados os povos indígenas que possuem uma presença importante na cidade e representatividade ainda muito forte.

O que podemos considerar, até o momento é que o Distrito Criativo se organiza a partir de ações desvinculadas que já existiam na região e têm perspectiva de fortalecimento ao longo do tempo, considerando que os partícipes dos comitês e ações estejam permeados por essas pessoas que desenvolvem a economia criativa na cidade. Passos que até o momento, mesmo que de forma mais incipiente, parecem estar sendo dados. Porém, é necessário o constante acompanhamento e uma reflexão com esses partícipes para entender a efetiva representatividade no Distrito de Santa Maria.

Ainda, nesse mesmo sentido, as faces da cidadania de Cortina (2005) podem estar se desenvolvendo, se não ainda na totalidade, em momentos como na participação dos integrantes no apontamento de problemas e definição de objetivos (cidadania política), na capacitação constante para a qualificação e inserção no mercado formal de trabalho (cidadania social e econômica), na valorização intercultural (cidadania intercultural) que se dá na preservação da memória e da valorização das culturas na formação do município (embora ainda não inclua os povos originários).

### **Considerações parciais**

Um primeiro olhar no Plano de Ação do Distrito Criativo e aos relatório de atividades do ano de 2022, parecem demonstrar o interesse dos agentes em mobilizar o território do Distrito para a participação de grupos, englobando ações educacionais, culturais, sociais, entre outras. As possibilidades de inclusão ainda são insuficientes, mas

considerando o tempo de criação e gestão do projeto (em média um ano e meio), parecem ter nos poucos meses, a sua justificativa.

O Distrito Criativo só irá contemplar os aspectos de cidadania se os grupos o entenderem como um local de pertencimento, onde o coletivo tem protagonismo. O conceito de cidadania é associado a construções do ambiente social, ao sentimento de pertencimento. Alguns dos objetivos estratégicos descritos na construção do Distrito, indicam os caminhos para a prática da cidadania, por exemplo, a criação dos comitês com a participação da comunidade, a qualificação dos agentes que ali trabalham, a valorização de eventos que são oriundos da região, entre outros. Contudo, outras tantas ações inclusivas precisam fazer parte do escopo do projeto, trazendo as comunidades para o centro das atividades e fazendo com que o Distrito Criativo seja uma bandeira dos indivíduos e da cidade e não de gestões públicas.

## Referências

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CUNHA, Carina Poli Lima da; YANAZE, Mitsuru Higuchi. Economia criativa, um paradigma de política pública contemporâneo? Uma discussão conceitual. **Organicom**, São Paulo, ano 12, n.23, p. 78 a 87, 2015. Disponível em <[v. 12 n. 23 \(2015\): Comunicação e Economia Criativa | Organicom \(usp.br\)](#)>. Acessado em Maio, 2022. (Artigo publicado eletronicamente). ISSN 2238-2593.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

\_\_\_\_\_. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MADEIRA, Mariana Gonçalves. Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2014.

OLIVEIRA, João Maria de; ARAÚJO, Bruno Cesar de; SILVA, Leandro Valério Silva. **Panorama da Economia Criativa no Brasil**. Texto para Discussão 1880. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

PEREIRA, Fabiana. **Educar para a cidadania por meio da programação da tevê pública: a experiência da TVE de Porto Alegre/RS**. Santa Maria: UFSM, 2018. 219 p. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em comunicação midiática, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA. MINISTÉRIO DA CULTURA. Relatório de economia criativa 2010 : economia criativa uma, opção de desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

TESTONI, Beatriz Maria Vicente. O que são distritos criativos? Via Estação Conhecimento, 2018. Disponível em: <https://via.ufsc.br/o-que-sao-distritos-criativos/> Acessado em 10 de junho de 2023.

UNCTAD. Creative Economy Report 2010 - **Creative Economy**: A Feasible Development Option. Genebra: Unctad, 2010.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Measuring the economic contribution of cultural industries** A review and assessment of current methodological approaches. Quebec: UNESCO Institute for Statistics, 2012.

ZAGANELLI, Bárbara Martins; GANTOS, Marcelo Carlos. Economia laranja e comunicação: uma nova partilha do valor da informação na era da criatividade. **Organicom**, São Paulo, ano 12, n.23, p. 88 a 97, 2015. Disponível em <[v. 12 n. 23 \(2015\): Comunicação e Economia Criativa | Organicom \(usp.br\)](#)>. Acessado em Maio, 2022. (Artigo publicado eletronicamente). ISSN 2238-2593.